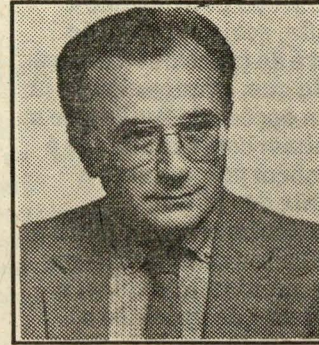


A proibição de estar vivo



Pacheco de Andrade

Os khomeinis não existem apenas no singular, e este, ao menos, oferece-nos a sombria vantagem de não ser anónimo. Há muitos a identificar, para que tenhamos um conhecimento exacto das fontes do terror

mos, da forma como agem as autoridades do Irão?

É ou não verdade que, perante o que alguém pensa ou faz ou diz ou escreve, é montado também um processo, ditada uma condenação e executada a sentença, estando por detrás personalidades ou instituições internacionalmente respeitáveis?

O livro branco deste livro negro de atrocidades, que rapidamente se esquecem para não serem mais faladas, raramente é publicado.

O que acontece com o *ayatollah* Khomeini é que aquilo que planeou, além de ser aterrorador, desequilibra alguns dos alicerces que garantem a liberdade dos cidadãos, ao sujeitá-los aos limites do medo. Escrever um livro ou fazer um filme pertence à imaginação e à criatividade de quem se abalança a esse trabalho. É um problema de liberdade de expressão, e esta, quando condicionada, já não é liberdade, porque não há liberdade com sinal menos ou com sinal mais, há apenas liberdade ou não há.

Mas, paralelamente, há a res-

ponsabilidade de quem escreve ou de quem faz um filme. E essa liberdade, se não suscita problema de consciência, em certos casos, a que a usa e que, por sua vez, não decide livremente conter-se para não atropelar, escusadamente, a sensibilidade e a consciência dos outros, levanta, de vez em quando, problemas. Em alguns casos, trata-se de uma questão de originalidade, de *non sense*, ou de uma atitude meramente iconoclasta.

Foi o que se passou com o filme *Je vous salue, Marie* e com *A Última Tentação de Cristo*. É discutível para uns, reprovável para outros e normal para uns tantos que a distorção dos factos e da História se prestem a ser imagem no cinema, como pedra atirada para a horizontalidade das águas em repouso. E se, por um lado, desde que os autores decidiram publicar os seus trabalhos, estes sejam publicados, porque a liberdade de expressão o permite, pelo outro, será abusivo e anti-democrático estranhar ou impedir que quem se sente ofendido nas suas convicções ou na sua crença possa manifestar os

seus sentimentos e a sua discordância, individual ou colectivamente.

A democracia é uma realidade difícil em determinadas circunstâncias, mesmo para aqueles que mais ardentemente se proclamam democratas. É por rejeição natural e não por proibições impostas de cima que as expressões culturais, artísticas ou simplesmente lúdicas publicitadas com um objectivo comercial desaparecem de cena e se diluem no desinteresse generalizado do público. Os anátemas lançados sobre obras que as autoridades políticas ou religiosas consideram heterodoxas não são de hoje nem de ontem. Vêm de há muito; e ficaram na História as chamadas que refuziram a cinzas a biblioteca de Alexandria.

Instituições persecutórias como a Inquisição, ideologias como o nazismo e o fascismo, sedes de intolerância como têm sido as repúblicas democráticas socialistas, sopros de demência como acontece nos Estados Unidos com as obsessões do macarthismo, inferiorizam a época em que se instalam, e dão uma imagem de retrocesso no percurso da Humanidade.

Também, entre nós, e em data recente, na fase de turbulência que se seguiu ao 25 de Abril, foram queimados ou vendidos a peso milhares de volumes retirados de cerca de três mil e duzentas bibliotecas populares e escolares do País, arrendendo nas fogueiras obras de cariz histórico, religioso, hagiográfico, etnográfico, turístico, folclórico e social. A intolerância e o fanatismo religioso ou ideológico coexistem não só com as ditaduras, mas também

com as democracias, precisamente naqueles momentos em que a loucura marca intervalos à lucidez. A liberdade de pensamento, de expressão e de vida têm, também, os seus curtos-circuitos, mesmo nos regimes onde ela não conhece fronteiras.

Neste momento, algumas pessoas sentem pender sobre essas uma condenação à morte. Com nome indicado e a cabeça a prémio, está o romancista Salman Rushdie. Para já, e porque sabe que o podem abater a qualquer momento, desistiu de ir aos Estados Unidos assistir ao lançamento do seu livro, que tem já uma publicidade que lhe vai fazer esgotar edições, mas que, eventualmente, custará ao seu autor a própria vida.

Não deixa de ser sinistro que o embaixador do Irão no Vaticano confesse, ele mesmo, estar disposto a executar a sentença de Khomeini. O fanatismo levado ao extremo não se fica apenas pelo homem da rua, mas vai até um diplomata que, pelas funções que exerce e pela cultura que adquiriu para as exercer, tem obrigação de pautar as suas atitudes por um mínimo de sensatez.

Ao mesmo tempo que um embaixador não rejeita a possibilidade de ser o carrasco de Salman Rushdie, altas figuras do pensamento ocidental estão caladas, os editores livreiros congelam a publicação do livro, e cinquenta e dois voos semanais da British Airways para a Índia correm graves riscos. Tudo isto, porque o fanatismo de um homem dispensou-se do passaporte, para ser homicida em qualquer parte do mundo onde se encontre aquele a quem proibiu que continue vivo.

A sentença de morte, lançada do Irão, contra o escritor britânico Salman Rushdie desencadeou reacções de protesto na Europa e nos Estados Unidos. Deverá ser caso único, este em que alguém publica um livro, «*Os Versos Satânicos*», e atrai, de imediato, sobre si, a condenação extrema, decretada por um fanático.

Diga-se que esta sentença tem todas as probabilidades de vir a ser executada. Entretanto, as atenções internacionais concentram-se naquele romancista britânico, e desviam-se de mais alguns condenados à morte, por causa do romance «blasfemo». Com efeito, Khomeini sentenciou à pena última não só Salman Rushdie como «*todos os envolvidos na publicação de Os Versos Satânicos*» e «*que estavam conscientes do seu conteúdo*». Há, pois, não apenas uma, mas várias vítimas em perspectiva. Estas, por enquanto, inominadas, até que uma rajada de balas, ao silenciá-las de vez, torne conhecidos os seus nomes.

Estamos, assim, perante uma decisão de terrorismo oficial, que recusa o anonimato, e que desvenda, sem máscaras nem reticências, o impulso primário de uma retaliação que qualquer código de direitos humanos condena. Neste caso, é de um escritor que se trata, como poderia ser de um jornalista (e os meios de comunicação social têm acrescentado, todos os anos, a lista dos seus mortos) ou de um dissidente político.

Os Khomeinis não existem apenas no singular, e este, ao menos, oferece-nos a sombria

vantagem de não ser anónimo. Bastaria que os assassinos ou que os homicidas enluados ou algumas instituições que reclamam para elas a defesa dos cidadãos ou do país a que pertencem se assumissem por inteiro, declinassem a sua identidade, e dissessem quem são e o que fazem, para podermos contabilizar, com mais realismo e verdade, as fontes do terror. Quando um avião explode e morrem centenas de passageiros, quando uma bomba rebenta numa praça ou num supermercado e faz dezenas de vítimas, quando alguém ligado à política, aos negócios, aos grandes «trusts» industriais, ou a qualquer outro universo, onde interesses legítimos se digladiam com interesses ambíguos é abatido por uma chuva de balas, estamos perante crimes de origem desconhecida, e que depois de fugazmente noticiados toda a gente esquece.

A mão que dispara tem um nome, e, no entanto, está, ainda hoje, por apurar, ao certo, quem matou John Kennedy e o seu irmão Bob, e quem motivou e armou o homem que abateu Luther King. A diferença no processamento e na execução de alguns crimes está no facto de, a inspirá-los e a cometê-los, se encontrarem, de um lado, assassinos encobertos e, do outro, assassinos identificados.

Que são, afinal, as polícias políticas e as organizações do mesmo género como a CIA, o KGB, a estrutura policial dos países socialistas, os agentes israelitas (e não apenas o terrorismo palestinião), e outras instituições paralelas, contestadas por governos do Ocidente e do Oriente, senão o fac-símile, com autores discretos e anóni-